

Memória de Reunião

Reunião do Comitê Nacional de Gestão de TIC – CNGTIC/PJ

| Data | Horário | Local |
|---------------------------------------|----------------|------------------------------------------------------------------------------------|
| 22/05/2013 | 10h00 às 14h00 | Plenário do CNJ Ed. Anexo I, 2º andar - STF |
| Participantes | | |
| Marivaldo Dantas | CNJ | marivaldo.araujo@cnj.jus.br |
| Lúcio Melre da Silva | CNJ | lucio.melre@cnj.jus.br |
| Marcelo Lauriano Lúcio | CNJ | marcelo.lauriano@cnj.jus.br |
| Ricardo Antônio Mohallem | TST | ricardo.mohallem@tst.jus.br |
| João Bosco de Barros Freitas | TST | joao.freitas@tst.jus.br |
| Maurício A. Figueiredo | TST | mauricio.figueiredo@tst.jus.br |
| Luís Felipe Scheneider | TJRS | lfelipe@tjrs.jus.br |
| Hellen Falcão | OAB/DF | hellen@falcaocarvalho.com.br |
| Elmano Amâncio de Sá Alves | TSE | elmano.alves@tse.jus.br |
| Antônio Pires de Castro Júnior | TJGO | apcastro@tjgo.jus.br |
| Joaquim Domingos de Almeida Neto | TJRJ | joaquim@tjrj.jus.br |
| André Fabiano S. Pereira | TRT11 | andre.fabiano@trt11.jus.br |
| Carlos Augusto Brandão | TRF1 | carlos.brandao@trf1.jus.br |
| Lucas Tertto Ferreira Vieira | OAB/DF | lucasterto@gmail.com |
| Waldeck Pinto Araújo Júnior | CNMP | waldeck@cnmp.gov.br |
| André Luiz Menezes Lins | OAB/DF | andre.lins@riedel.com.br |
| George A. Silva | TRT12 | george.silva@trt12.jus.br |
| Antônio de Pádua S. Canavieira Junior | CFOAB | antonio@oab.org.br |
| Gustavo Sanches | CNJ | gustavo.sanches@cnj.jus.br |
| Santiago Varella | CNJ | santiago.varella@cnj.jus.br |
| João Leandro dos Santos | TJSE | jleandro@tjse.jus.br |
| Lídio Modesto da Silva Filho | TJMT | lidio.modesto@tjmt.jus.br |
| Johnny Ander P. Abdallah | TJMT | johnny.abdallah@tjmt.jus.br |
| Magda Aparecida K. de Brito | TRT2 | magdakbh@gmail.com |
| Ednaldo Alves Correia | TJPA | ednaldo.correia@tjpa.jus.br |

| | | |
|----------------------------------|-------|----------------------------------------------------------------------------------|
| Aloysio Augusto de Miranda Filho | CNJ | aloycio.miranda@cnj.jus.br |
| André Chiaratto | CJF | andrec@cjf.jus.br |
| Audari Matos Lopes | TRT11 | audari.lopes@uol.com.br |
| Elifas L. Gurgel do Amaral | STM | gurgel@stm.jus.br |
| Dilson Modesto de Mattos | STM | dilson@stm.jus.br |
| Vitruvio Soares M. de Alencar | TJDFT | vitruvio.alencar@tjdft.jus.br |
| Fabio Cesar dos Santos Oliveira | CNJ | fabio.cesar@cnj.jus.br |
| Rômulo Rogério Barbosa | TRT11 | romulo.barbosa@trt11.jus.br |
| Leonardo Alam da Costa | STJ | lalam@stj.jus.br |
| Declieux Dantas | TJDFT | declieux.dantas@tjdft.jus.br |
| José Hortêncio Ribeiro Júnior | TST | jose.hortencio@tst.jus.br |
| Janaína Penalva | CNJ | janaina.silva@cnj.jus.br |

Proposta de Pauta

Abertura:

- 1) Dr. Fábio abriu a reunião do CNGTIC.PJ dando as boas vindas a todos os integrantes do Comitê; destacou que a reunião faz parte do esforço do CNJ para que as políticas de TIC desenvolvidas por esse Conselho atendam a todos os interesses do Judiciário Nacional.
- 2) Após as apresentações dos presentes, Dr. Fábio destacou a importância do PJe para o CNJ. Informou que se trata de um programa institucional, constituindo-se em uma política do CNJ. Solicitou o apoio de todos os órgãos para que o projeto tenha o desenvolvimento necessário para impulsionar as estratégias do Poder Judiciário.

Desenvolvimento:

- 3) [Questionário de Governança 2013](#);

Melre esclareceu que o questionário segue os mesmos padrões dos anos anteriores, com pequenas inclusões solicitadas por alguns órgãos do Comitê. Informou que a ideia é disponibilizá-lo a partir do dia 3/6; objetiva conhecer como está a governança de TIC e servirá para identificar outras necessidades de aprimoramento da infraestrutura de TIC dos Tribunais de Justiça. Anunciou que serão oferecidos pelo CEAJUD cursos à distância de Governança de TIC. Esclareceu o objetivo de cada uma das Ações Orçamentárias (Ejus e Modernização). Destacou o uso da Infovia para os serviços VOIP. Dr. Marivaldo reforçou que o questionário é oriundo da Resolução 90/2009 e propiciará uma série histórica para comparação da evolução de portes dos órgãos do Judiciário, em razão da estabilidade de sua estrutura. Destacou que os dados não têm natureza sensível ou de sigilo. Propôs que as conclusões e análises dos questionários sejam divulgadas e promovidas não somente pelo CNJ, mas pelos Tribunais, para pesquisas da Sociedade e de interessados. Afirmou que é preciso informar à

sociedade do trabalho sério de Governança de TIC desenvolvido já há algum tempo no âmbito do Poder Judiciário, servindo como resposta ou prestação de contas à Sociedade dos investimentos realizados. Melre informou que o Conselheiro Wellington está tratando da regulamentação no Judiciário do atendimento ao disposto na Lei de Acesso a Informação. Destacou, também, a importância da comunidade TIControl e sugeriu que os presentes consultem o sítio dessa comunidade (www.ticontrol.gov.br). Dr. Fábio sugeriu ao Comitê que os dados do questionário sejam publicados no sítio do CNJ. Elmano destacou que os dados relativos à segurança da informação devem ser resguardados. Ednaldo destacou concordar com a disponibilização do índice de maturidade de governança, mas ponderou que deve ser considerada a perspectiva de segurança da informação se dados mais detalhados forem divulgados. Alam confirmou o entendimento de que os dados sobre governança podem ser disponibilizados. Vários tribunais ponderaram sobre a conveniência de tal publicidade. Dr. Fábio destacou a importância do assunto e sugeriu que a questão aguarde o estudo desenvolvido pelo Conselheiro Wellington Saraiva e sugere reunião da Comissão de Tecnologia da Informação para classificar as informações consoante as diretrizes do estudo. Melre propôs que seja criado um grupo para auxiliar o trabalho que está sendo conduzido pelo CNJ, cujos componentes são OAB, TRT11, STM, TJPA, TJMT, STJ, CJF, CNJ.

4) Modelo de Contratações de Soluções de TIC;

Marcelo Lauriano apresentou o resultado da consulta pública sobre o referido modelo com 60 contribuições, as quais serão catalogadas e analisadas para posterior apresentação ao Comitê em um prazo de 15 a 20 dias. Melre lembrou que o modelo proposto é baseado em boas práticas, inclusive em diretrizes do TCU. O objetivo é publicar o modelo ainda no primeiro semestre. Sugeriu que o mesmo grupo que elaborou o modelo proceda à análise das contribuições e sugeriu o modo pelo qual o grupo desenvolverá suas atividades. Outros órgãos se apresentaram como voluntários para participar do subgrupo, que ficou assim constituído: TSE, CJF, CNJ, TJRS, TJRJ, TJDFT, CFJT, TJGO e TRT12.

5) Revisão das Resoluções de TIC;

Melre informou que o CNJ está envidando esforços para atualizar as resoluções do CNJ que tratam especificamente de TIC, a saber, 90/2009 e 99/2009. Destacou que o anexo referente ao quantitativo de pessoal de TIC baseia as solicitações de aumento de quadro dos tribunais e indagou se tal quadro ainda satisfaz a realidade dos tribunais. Elmano informou que o TSE está tratando de assunto semelhante e que proporá aumento do quadro daquele órgão. Dr. Lídio destacou que os quantitativos precisam ser revisados e deve ser considerada a Lei de Responsabilidade Fiscal, já que o TJMT não pode atingir os números indicados na resolução 90 já que se encontra no limite estipulado por aquela Lei. Luís Felipe destacou que as citadas resoluções ensejaram uma maior maturidade organizacional aos tribunais e sugeriu que o CNJ verifique o grau de conformidade dos tribunais com os itens previstos naquelas resoluções. Maurício reforçou que essas definições também estão impactando aquele órgão, uma vez que o TST suporta sistemas nacionais, utilizados pelos tribunais regionais. Ednaldo sugeriu que o dimensionamento da força de trabalho em TIC

considere o esforço requerido pelos diversos processos de TIC e não apenas o número de usuários.

Melre destacou que outros critérios para o dimensionamento de equipes de TIC poderão ser incluídos, como o do processo judicial eletrônico. TRT12 destacou a importância dessa revisão, inclusive para o desenvolvimento da nova resolução de contratações. Corroborou o entendimento de revisão de todo o arcabouço normativo e se colocou à disposição para auxiliar nesse trabalho. Melre informou que o TCU irá focar a Governança Corporativa, tendo em vista que a Governança na área de TIC está evoluindo. Destacou que o trabalho desenvolvido pelo CNJ, por meio de suas resoluções, fortalecem o atendimento das recomendações daquele Tribunal, o que é confirmado pelo destaque na evolução da maturidade dos órgãos do Poder Judiciário. Foi proposta a formação de subgrupo com a tarefa de rever as referidas resoluções, o qual terá a seguinte composição: CNJ, TJRS, TJDF, TJSE, TST, CJF, TSE, TJPA, TJMT e TRT12.

6) [Apresentação sobre Censo do Poder Judiciário – Dra. Janaína;](#)

Dr^a Janaína informou que o DPJ é a unidade do CNJ responsável pelos estudos e pesquisas do Judiciário, com destaque para a publicação Justiça em Números. Esclareceu que a maioria dos pedidos de dados feitos aos Tribunais é coordenada pelo DPJ, com exceção dos pedidos da Corregedoria Nacional e da própria Presidência. Colocou o Departamento à disposição dos diferentes órgãos, em especial das áreas de Tecnologia da Informação, no que tange a esclarecimentos sobre os dados solicitados. Apresentou o objetivo principal de sua apresentação, informar sobre a maior pesquisa já realizada pelo DPJ – o Censo do Poder Judiciário -, cuja finalidade é definir o perfil socioeconômico dos servidores e magistrados. Informou que o preenchimento dos formulários do censo é bem simples e que o próprio acesso dos servidores e magistrados também é fácil de ser realizado, inclusive sendo possível ser realizado na própria residência. Pediu o apoio dos Tribunais para maximizar o sucesso desse projeto. Enfatizou que as respostas são pessoais e intransferíveis, com duração de 5 minutos, no máximo. Informou que o DPJ elaborou uma metodologia para executar o censo, em face da complexidade do projeto. Apresentou o plano de trabalho para a execução do censo. Explicou o papel das comissões censitárias, nomeadas pelos tribunais e com a seguinte composição: um representante da área de Recursos Humanos, um de Comunicação e um de Tecnologia da Informação, coordenados por um juiz auxiliar da Presidência do órgão. As principais atribuições das comissões são: conhecer a metodologia, conhecer o plano logístico, auxiliar o CNJ durante o período de disponibilização do questionário e acompanhar o índice diário de respostas para informar ao CNJ. Disse que o DPJ procurou o apoio dos sindicatos e associações de magistrados, com o intuito de explorar o grau de capilaridade dessas instituições para atingir os servidores e os magistrados. O foco do censo são as pessoas. O plano logístico prevê a aplicação do questionário nos tribunais TJSE, TJGO e TJSC antes da disponibilização nacional do censo. Serão uma ou duas varas com um quantitativo mínimo de participantes. Estagiários e colaboradores não poderão participar da pesquisa. Indagada pelo representante do CJF, informou que o acesso ao

censo será feito pelo CPF e esclareceu que os CPFs serão encaminhados pelos Tribunais ao CNJ para criação de um banco de dados, conforme memorando da Corregedoria do CNJ. Disse que propostas de melhorias poderão ser enviadas para o DPJ ou para o próprio DTI. Melre destacou a importância desse censo e colocou o grupo de correio eletrônico do CNGTIC.PJ às ordens do DPJ objetivando facilitar a comunicação.

- 7) **Solicitação Diltthey – TJCE;**
 - a. Qtd. de usuários
 - b. Qtd. de Servidores Com vínculo Efetivo na TI do TJ
 - c. Qtd. de Servidores Sem vínculo Efetivo na TI do TJ (apenas comissionados)
 - d. Qtd. de Terceirizados na TI do TJ
 - e. Qtd. de Prestadores de Serviços na TI do TJ

Melre apresenta o grupo de distribuição CNGTIC.PJ cujos componentes são os gestores de TIC do Poder Judiciário e serve para compartilhamento de projetos, iniciativas, etc. Em seguida Melre indagou aos membros da Comissão se os dados solicitados pelo TJCE podem ser divulgados. Foi ponderado que esses dados já são publicados no volume “Justiça em Números”. Ednaldo propôs a elaboração de um modelo de estrutura organizacional que padronize a estrutura dos TJs, de acordo com o porte dos tribunais e a respectiva maturidade na implantação de governança de TIC. Melre propôs que esse item seja incluído na pauta do subgrupo encarregado da revisão das resoluções de TIC (item 5 retro).

- 8) **Criação de um Comitê misto, com membros do Proname e da TI (multidisciplinar) e a preocupação do Comitê do Proname com a obsolescência dos documentos eletrônicos, com os objetivos de criar políticas e critérios de preservação dessa massa documental;**

Dr. Marivaldo apresentou o Proname – Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário – do qual é o coordenador e ressaltou a preocupação do Comitê daquele programa com a constatação de que os requisitos do PJe não abordam a questão de gestão documental e de memória. A sugestão é de se proceder a levantamento de requisitos do PJe para contemplar a guarda documental, desde o início da tramitação do processo até seu arquivamento. No que tange ao quesito obsolescência tecnológica, Dr. Marivaldo apresentou a proposta de criação de um grupo de trabalho para deliberar uma política do Poder Judiciário para definir os critérios de guarda documental eletrônica. Indagado a respeito do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário (Moreq-Jus), Dr. Marivaldo comentou que o modelo europeu, base para a elaboração do brasileiro, acaba de ser revisto e sugeriu que se proceda a uma revisão desse modelo. Para tanto, comunicou que a Dr^a Janaína apresentará proposta para revisão do Moreq-Jus, em um esforço conjunto do DPJ e da área de TIC do Poder Judiciário. Gurgel aduziu a iniciativa do STM nominada Projeto GEDAI – Gestão Eletrônica de Documentos, Arquivos e Informação – no desenvolvimento do qual, com a colaboração do CASNAV – Centro de Análises de Sistemas Navais – será

definido um programa de gestão documental e será elaborado um termo de referência para a customização de ferramenta e a melhoria de processos. Colocou-se à disposição do Comitê para colaborar no grupo de trabalho a ser criado. Dr. Marivaldo informou que já foi criada a tabela de temporalidade dos processos judiciais eletrônicos, com base em classe processual e assunto. Quanto aos processos administrativos no âmbito do Poder Judiciário, o DGE – Departamento de Gestão Estratégica – do CNJ está elaborando a respectiva tabela de temporalidade. O Grupo de Trabalho terá a seguinte composição: STM, CNJ, OAB, TRT12, TJMT, mais as indicações do PRONAME que ficarão a cargo do Dr. Marivaldo.

9) **Levantamento – Links de Internet no Poder Judiciário;**

Dr. Marivaldo informou que a Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça indaga como pode apoiar a implantação do PJe. Uma questão que surge é o problema da internet. Solicitou aos presentes que apresentassem sugestões. A OAB/DF sugeriu a criação de um backbone próprio do Poder Judiciário. O STM sugeriu colher dados sobre a realidade de cada tribunal para apresentação à ANATEL. Dr. Marivaldo propôs a definição da infraestrutura de comunicação mais adequada para o PJe. Para atualização dos dados referentes à comunicação de dados, Melre encaminhará a todos os tribunais o questionário sobre TIC. Melre esclareceu que há duas rubricas orçamentárias para a modernização do Poder Judiciário, a saber, “Modernização”, contemplando a Justiça Estadual, e “E-Jus”, voltada para Tribunais Superiores, Justiça Federal, Justiça do Trabalho e TJDFT. Dr. Marivaldo esclareceu os critérios adotados pelo CNJ para as doações aos tribunais – o resultado do questionário de governança, a conformidade com as resoluções do CNJ e a implantação do PJe – comentando que tais critérios são aprimorados a cada ano. Melre informou que o CNJ definirá critérios que permitam aos tribunais declarar inservíveis os bens recebidos em doação.

Melre apresentou a página do Comitê Nacional de Gestão de TIC no sítio do CNJ e a ferramenta de colaboração para os membros do referido Comitê.

Dr. Marivaldo agradeceu a participação de todos e lembrou que os trabalhos do Comitê não se encerram com a reunião.

A próxima reunião será oportunamente agendada.